



Acusada de fraude, Gradual Investimentos encerra atuação na Bolsa

Acusada de participar de um esquema de fraude em fundos de pensão estadual, a Gradual Investimentos anunciou nesta terça-feira (15/5) o encerramento de suas atividades na Bolsa de Valores.

A corretora tinha em custódia R\$ 7 bilhões, distribuídos em diversos fundos, e anunciava ter cerca de 60 mil clientes. Em seu site, a Gradual informou que continuará a operar apenas para transferir as posições de seus clientes para outras empresas. Não informa, contudo, se outros serviços prestados pelo grupo também foram encerrados, implicando no fechamento da empresa.

A Gradual foi alvo de duas operações da Polícia Federal. Uma em [julho de 2017](#) e outra em [abril de 2018](#), quando a presidente, Fernanda Lima, e outros executivos foram presos. Fernanda e seu marido Gabriel Gouvea, diretor de operações da corretora, [foram soltos](#) por determinação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

A empresa é acusada de fraudar fundos previdenciários por meio de debêntures sem lastro, ou seja, sem valor correspondente ao capital real da empresa que as emite. Esses papéis são uma espécie de títulos públicos, mas emitidos por empresas privadas para levantar capital e fazer investimentos. Essa modalidade é usada como alternativa à abertura de capitais em bolsas de valores ou empréstimos bancários.

Driblando as regras

Em maio de 2017, [reportagem](#) da **ConJur** contou que a Gradual enfrenta sanções do Banco Central, da Justiça, CVM, BM&F Bovespa e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) pelos dribles ao mercado.

O texto descreve alguns métodos utilizados pelo grupo e afirma que a corretora está “escrevendo” um verdadeiro manual sobre as fragilidades do sistema financeiro. A Gradual chegou a conseguir censurar na Justiça a publicação, mas a notícia voltou ao ar por [decisão](#) do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal.

Date Created

16/05/2018